

Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu

2014 – 2021

PROGRAMA AMBIENTE, ALTERAÇÕES

CLIMÁTICAS E ECONOMIA DE BAIXO

CARBONO

‘PROGRAMA AMBIENTE’

- Adaptação: Governança e Impacto –

Fórum de discussão:

Contributo de cada projeto para aumentar a resiliência e a capacidade de resposta às Alterações Climáticas em áreas específicas (Outcome 3).

28 de novembro de 2022

Índice

Enquadramento	1
Q1. Qual foi o modelo de GOVERNANÇA adotado no seu projeto?	3
Q2. Qual é o IMPACTO esperado do projeto?	4

Enquadramento

O Outcome 3 do Programa Ambiente - Aumentar a resiliência e a capacidade de resposta às alterações climáticas em áreas específicas - desenvolve-se nas vertentes de mitigação e adaptação às alterações climáticas, e em três linhas transversais: o conhecimento, o planeamento e a gestão.

Para a operacionalização deste Outcome 3 foram lançados dois projetos pré-definidos ('PDP-2: Roteiro Nacional para a Adaptação 2100' e 'PDP-3: Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Ceira face às Alterações Climáticas') e três avisos ('Call#4: Implementação de projetos piloto de laboratórios vivos de descarbonização e mitigação às alterações climáticas', 'Call#5: Projetos de preparação para condições meteorológicas extremas e de gestão de riscos no contexto das alterações climáticas' e 'SGS#3: Projetos para reforçar a adaptação às alterações climáticas a nível local').

Os projetos PDP2 e PDP3 e aqueles que foram aprovados no âmbito do SGS#3 e da Call#5 correspondem aos projetos que irão contribuir diretamente para as metas de adaptação do Programa Ambiente.

O 'PDP 2: Roteiro Nacional para a Adaptação 2100' representa especialmente a componente de CONHECIMENTO.

Os projetos que foram aprovados no âmbito do 'SGS#3 (A): *Projetos para reforçar a adaptação às alterações climáticas a nível local - Elaborar Estratégias e Planos de Adaptação às Alterações Climáticas à escala local*' representa especialmente a componente de PLANEAMENTO.

Os projetos que foram aprovados no âmbito do 'SGS#3 (B): *Projetos para reforçar a adaptação às alterações climáticas a nível local - Operacionalização de Estratégias e Planos de Adaptação às Alterações Climáticas à escala local*', o 'PDP 3: Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Ceira face às Alterações Climáticas' e os projetos que foram aprovados no âmbito da 'Call#5: Projetos de preparação para condições meteorológicas extremas e de gestão de riscos no contexto das alterações climáticas' representam especialmente a componente de GESTÃO.

Contributo dos projetos para as metas de adaptação do Programa Ambiente

Objetivo	Descrição	Indicadores	Meta	CONHECIMENTO	PLANEAMENTO	GESTÃO		
				PDP2	SGS#3 (A)	SGS#3 (B)	PDP3	Call#5
Objetivo 3	Aumentar a resiliência e a capacidade de resposta às alterações climáticas em áreas específicas	Número de pessoas que beneficiam do desenvolvimento de estratégias de adaptação.	2 600 000	X	X	X		
		% de habitat destruídos pelos incêndios recuperados na Bacia Hidrográfica do Rio Ceira	30%				X	
		Número de acres com menor suscetibilidade à desertificação	250					X
Resultado 3.1	Adaptação às alterações climáticas a nível local reforçada.	Número de municípios-alvo com planos de adaptação desenvolvidos.	8		X			
		Número de municípios-alvo com medidas concretas em planos de	9			X		

Objetivo	Descrição	Indicadores	Meta	CONHECIMENTO	PLANEAMENTO	GESTÃO		
				PDP2	SGS#3 (A)	SGS#3 (B)	PDP3	Call#5
		adaptação						
Resultado 3.2	Avaliação de vulnerabilidades territoriais das alterações climáticas	Número de Regiões do Território Nacional incluídas na Avaliação de vulnerabilidades territoriais das alterações climáticas	5	X				
Resultado 3.4	Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Ceira face às Alterações Climáticas	Implementação de um Programa de Monitorização de Fluxos	Sim				X	
		Redução do Número de Espécies Invasoras	5				X	
		Número de profissionais capacitados	160				X	
Resultado 3.5	Projetos-piloto de combate à desertificação concluídos	Número de projetos-piloto de combate à desertificação	3					X

Esta reunião é a segunda num ciclo de três.

A primeira sessão realizou-se a 10/05/2022, com o tema “Adaptação: da teoria à prática”, cujo resultado podem consultar em -

https://www.eegrants.gov.pt/media/5350/ambiente_sinergias_adaptacao_w1.pdf.

Os temas de hoje são:

- Boas práticas de processos de planeamento e governança
- Contributos para os objetivos (indicadores e metas) do aviso e do Programa Ambiente

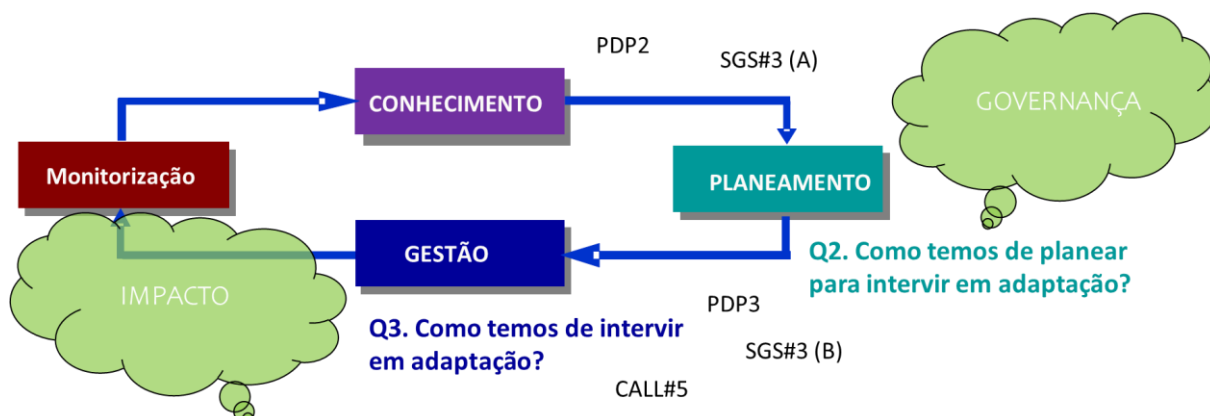
A terceira reunião, a realizar-se no 1º semestre de 2023, abordará:

- Exemplos de medidas de adaptação.
- Recomendações para o futuro.

No final de cada sessão e no fim das três iremos produzir um documento com as ideias e as conclusões retiradas.

Nesta sessão debruçámo-nos sobre:

- os modelos de GOVERNANÇA que adotaram nos vossos projetos e em que medida estes terão sustentabilidade pós-projeto.
- e sobre o IMPACTO esperado dos vossos projetos no âmbito do Programa Ambiente e num quadro mais alargado da adaptação (ENAC, Lei do Clima, P3AC, ...).



De seguida apresentam-se resumidamente os temas discutidos em cada questão colocada.

Q1. Qual foi o modelo de GOVERNANÇA adotado no seu projeto?

- Que tipo de entidades estão incluídas da estrutura de governação?
- Qual foi o método utilizado para definição da estrutura de governação?
- Qual é o mecanismo de tomada de decisão?
- Considera que esse modelo irá manter-se pós-projeto?

O modelo de governança difere com a escala do territorial do projeto, e quer se trate de planeamento ou execução de medidas.

Os projetos que atuam diretamente no terreno requerem uma estrutura de proximidade com a população, e com os municípios e as juntas de freguesia, e formas de comunicação próximas dos cidadãos, quer antes ou durante a obra. A população é curiosa com o resultado da obra, apresenta propostas que acaba por ver traduzidas no terreno e no seu dia-a-dia. Procura-se o envolvimento direto com as pessoas, não necessariamente através de associações.

Há atividades de comunicação e envolvimento onde se discute a temática da adaptação local, que trazem um leque alargado de ideias que poderão vir a ser realizadas pós-projeto.

Ao nível do planeamento, o próprio consórcio do projeto foi criado de forma a reunir as entidades com maior relevância e poder de decisão, desde o poder local e central, à academia. A estrutura de governança inclui as entidades do consórcio, alargada a outras entidades através de conselhos ou comunidades de adaptação.

O planeamento inclui uma componente de monitorização de parâmetros físicos e ambientais (por. ex. regime de caudais).

O envolvimento das entidades deve ser alargado às suas equipas técnicas, de entre diferentes departamentos municipais.

Há a necessidade de envolvimento das equipas técnicas, mas também de capacitação e de organização dentro da instituição (município), em grupos de trabalho pluridisciplinares dedicados à temática das alterações climáticas.

A capacitação de equipas pluridisciplinares facilitaria a integração da adaptação nos diferentes instrumentos de gestão territorial.

A criação de grupos de trabalho pluridisciplinares municipais facilitaria a articulação e comunicação interna e externa sobre adaptação.

A articulação com a população pode ser realizada através de Comunidades de Adaptação, ou de Conselhos locais de Adaptação, incluindo a componente educativa junto das escolas.

Alguns destes Conselhos/Comunidades resultam do envolvimento encontrado na fase de elaboração da Estratégia ou Plano, e do convite alargado a outras entidades que poderão trazer uma maior representatividade face às características do território e do plano que se pretende executar.

Os Conselhos/Comunidades locais não só informam e sensibilizam, mas validam a informação e discutem o desenho de medidas e ações de adaptação atendendo à especificidade de cada território, e poderão coordenar a execução e assegurar o acompanhamento da Estratégia/Plano pós-projeto.

A integração da Estratégia/Plano em PDM conta com elementos que estiveram envolvidos na elaboração da Estratégia/Plano. A execução e acompanhamento das Estratégias/Planos de Adaptação é articulada com a execução das medidas mais regulamentares, através da execução do PDM, por elementos dos Conselhos/Comunidades que são comuns a ambas as estruturas de governança.

A existência de pessoas comuns, quer na fase de desenho e conceção das Estratégias / Planos, quer na fase de implementação é muito importante.

Estas iniciativas e estruturas de governança criadas irão manter-se na fase pós-financiamento.

Q2. Qual é o IMPACTO esperado do projeto?

- Em termos de metas do Programa Ambiente
- Em termos de metas dos instrumentos de adaptação existentes
- Em termos de consolidação de novas formas de adaptação a médio-longo prazo

Os projetos contribuem para o funcionamento de outros instrumentos em colaboração com entidades governamentais, como por exemplo incorporando o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, em colaboração com o IPMA. Esta articulação irá garantir o financiamento para a manutenção de estruturas montadas pelo projeto, e trazer reconhecimento e impacto do projeto pós-financiamento.

Os projetos contribuem para a execução de medidas de outros instrumentos de política ambiental, tais como a Estratégia para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade e a Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2030, quer com a melhoria do conhecimento quer pela gestão de habitats que favorecem o aumento da biodiversidade local.

O projeto pré-definido 2, que tem cobertura nacional, irá contribuir pós-financiamento para a elaboração dos Planos Regionais e Municipais de Ação Climática, com a elaboração de cenários climáticos regionais e o estudo de vulnerabilidades climáticas de base territorial. A APA já desenvolver orientações para a elaboração dos planos regionais, cuja competência é das CCDR (https://apambiente.pt/sites/default/files/_Clima/Planeamento/220811_LBC_Orientacoes_Planos_Regionais_Accao_Climatica.pdf).

As estruturas de governança criadas no âmbito do projeto terão continuidade pós-projeto, mantendo localmente a capacidade de organização e decisão em adaptação.

Os municípios carecem de financiamento específico para adaptação (e mitigação), dando continuidade ao trabalho desenvolvido desde as estratégias municipais aos planos e a sua integração nos Instrumentos de Gestão Territorial, à execução de medidas.

O financiamento é chave para a transformação e a implementação das medidas concretas no território, designadamente, para a adoção de soluções de base natural, recuperação de linhas de água, entre outras.

O trabalho em parceria, em redes supramunicipais, é fundamental para mitigar o risco ambiental a diferentes escalas territoriais.

Entidades participantes:

Águas do Porto

CIMAC

CIMBAL

CM Braga

CM Oeiras

CM Setúbal

CM Vila do Conde

CM Vila Franca Xira

Embaixada da Noruega

FEUP

SG

SG/Programa Ambiente

UNG

Documento elaborado por:

SECRETARIA-GERAL DO AMBIENTE

Emília Paula Silva (Técnica Superior do Serviço de Prospetiva e Planeamento e Unidade EEA Grants)

Susana Escária (Diretora do Serviço de Prospetiva e Planeamento e Unidade EEA Grants)